

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 09/08/2018

Data Referência: 30/06/2018

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 30/06/2018

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.303.481.227

Preferenciais 1.303.481.227

Total 2.606.962.454

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2018	31/12/2017
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1	Ativo Total	2.250.765	2.285.996
1.01	Ativo Circulante	33.411	67.060
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.804	41.531
1.01.03	Contas a Receber	17.336	18.631
1.01.03.01	Clientes	17.336	18.631
1.01.04	Estoques	2.274	2.064
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.444	3.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.444	3.153
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.553	1.677
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	4
1.01.08.03	Outros	0	4
1.02	Ativo Não Circulante	2.217.354	2.218.936
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.385	22.802
1.02.01.04	Contas a Receber	17.841	17.412
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	17.841	17.412
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.010	4.861
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.010	4.861
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	525	520
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	525	520
1.02.03	Imobilizado	5.294	6.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.294	6.640
1.02.04	Intangível	2.186.675	2.189.494
1.02.04.01	Intangíveis	2.186.675	2.189.494

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	2.250.765	2.285.996
2.01	Passivo Circulante	253.629	224.482
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.454	8.596
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.454	8.596
2.01.02	Fornecedores	33.861	28.465
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	33.861	28.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.305	3.792
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	175.198	159.038
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	128.401	141.779
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	128.401	141.779
2.01.04.02	Debêntures	46.797	17.259
2.01.05	Outras Obrigações	33.811	24.591
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.522	15.585
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	26.522	15.585
2.01.05.02	Outros	7.289	9.006
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	412	470
2.01.05.02.05	Outros	301	53
2.01.05.02.06	Receita diferida	6.576	8.483
2.02	Passivo Não Circulante	1.454.105	1.532.096
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.297.321	1.387.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	393.510	467.638
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	393.510	467.638
2.02.01.02	Debêntures	903.811	920.071
2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	143	143
2.02.04	Provisões	114.192	100.703

2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.598	6.331
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.099	3.986
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.499	2.345
2.02.04.02	Outras Provisões	106.594	94.372
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	106.594	94.372
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	42.449	43.541
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	42.449	43.541
2.03	Patrimônio Líquido	543.031	529.418
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.180.000
2.03.02	Reservas de Capital	275.000	205.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	275.000	205.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-911.969	-855.582

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	101.619	194.157	110.840	198.544
3.01.01	Receita de Pedágio e Acessórias	71.544	150.339	72.624	146.283
3.01.02	Receita de Construção	30.075	43.818	38.216	52.261
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-83.379	-149.168	-91.271	-156.071
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-53.601	-105.784	-53.434	-104.328
3.02.02	Custos de Construção	-29.778	-43.384	-37.837	-51.743
3.03	Resultado Bruto	18.240	44.989	19.569	42.473
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.066	-19.554	-7.965	-16.923
3.04.01	Despesas com Vendas	152	160	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.218	-19.714	-7.965	-16.923
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.174	25.435	11.604	25.550
3.06	Resultado Financeiro	-42.736	-83.972	-36.474	-79.871
3.06.01	Receitas Financeiras	1.636	3.420	2.861	6.127
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.372	-87.392	-39.335	-85.998
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-33.562	-58.537	-24.870	-54.321
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.039	2.149	922	1.979
3.08.02	Diferido	0	0	922	1.979
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-32.523	-56.388	-23.948	-52.342
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-32.523	-56.388	-23.948	-52.342
3.99.01.01	ON	-0,0120	-0,0220	-0,1000	-0,0200
3.99.01.02	PN	-0,0120	-0,0220	-0,1000	-0,0200
3.04.01.01	Outras receitas operacionais, líquidas	152	160	0	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-32.523	-56.388	-23.948	-52.342
4.03	Resultado Abrangente do Período	-32.523	-56.388	-23.948	-52.342

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.099	103.749
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.839	100.236
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-58.537	-54.321
6.01.01.02	Margem bruta de construção	-434	-518
6.01.01.03	Depreciação e amortização	49.014	48.219
6.01.01.05	Provisão para manutenção	12.222	11.060
6.01.01.06	Provisão para riscos	1.267	336
6.01.01.07	Receita diferida	-6.664	-3.359
6.01.01.08	Variações monetárias,cambiais e encargos	43.264	96.802
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	67	0
6.01.01.10	Provisão para créditos duvidosos	-835	-343
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.260	3.513
6.01.02.01	Créditos a receber	2.130	3.880
6.01.02.02	Estoques	-210	-145
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-291	1.999
6.01.02.04	Adiantamentos	127	189
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-429	-61
6.01.02.07	Fornecedores	-752	-4.094
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-487	705
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	-1.142	-1.804
6.01.02.11	Partes relacionadas	10.936	4.780
6.01.02.12	Outros	-2.533	-2.404
6.01.02.13	Receita diferida	3.664	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.035	-95.103
6.02.01	Aplicação Financeira	3.299	-42.659
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-193	-41

6.02.03	Aquisição intangível	-38.141	-52.403
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-50.791	-24.421
6.03.01	Aumento de capital	0	17.500
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	0	25.807
6.03.03	Juros pagos	-40.832	-48.244
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-79.959	-78.484
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.727	-15.775
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.531	20.881
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.804	5.106
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	2.475	2.360
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	247	468
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	70.000	59.000

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 30/06/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	70.000	0	0	0	70.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	70.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.388	0	-56.388
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.388	0	-56.388
5.07	Saldos Finais	1.180.000	275.000	0	-911.970	0	543.030

01/01/2017 à 30/06/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.04	Transações de Capital com os Sócios	76.500	0	0	0	0	76.500
5.04.01	Aumentos de Capital	17.500	0	0	0	0	17.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52.342	0	-52.342

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52.342	0	-52.342
5.07	Saldos Finais	1.239.000	0	0	-702.018	0	536.982
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	59.000	0	0	0	0	59.000

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	209.813	212.891
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	164.999	160.287
7.01.02	Outras Receitas	161	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	43.818	52.261
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	835	343
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-92.848	-104.949
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.664	-51.743
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.128	-51.814
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-56	-1.392
7.03	Valor Adicionado Bruto	116.965	107.942
7.04	Retenções	-49.014	-48.219
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.014	-48.219
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	67.951	59.723
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.420	6.127
7.06.02	Receitas Financeiras	3.420	6.127
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.371	65.850
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.371	65.850
7.08.01	Pessoal	22.659	16.985
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.879	12.830
7.08.01.02	Benefícios	3.528	3.297
7.08.01.03	F.G.T.S.	919	832
7.08.01.04	Outros	7.333	26
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.432	15.491
7.08.02.01	Federais	7.067	7.154
7.08.02.02	Estaduais	2.567	523
7.08.02.03	Municipais	7.798	7.814

7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.668	85.716
7.08.03.01	Juros	86.987	85.354
7.08.03.02	Aluguéis	275	155
7.08.03.03	Outras	406	207
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-56.388	-52.342
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-56.388	-52.342

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 30/06/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível



CART REGISTRA MAIOR EBITDA AJUSTADO PARA UM 1º SEMESTRE NO 1S18, COM INCREMENTO DE 2,3% EM RELAÇÃO AO 1S17

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA AUMENTA 2,8% NO MESMO PERÍODO

DESTAQUES

AUMENTO DE 2,8% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA DO 1S18 EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DE 2017

- O reajuste tarifário contratual implementado no 2º semestre de 2017 mais do que compensou a queda no transporte causada pela greve dos caminhoneiros.
- No 2T18, onde o efeito da greve foi mais acentuado, houve redução de 1,5% na Receita Líquida comparada ao mesmo período de 2017.

EXPANSÃO DE 2,3% NO EBITDA AJUSTADO DO 1S18 COMPARADO AO 1S17

- O melhor resultado para um 1º semestre registrado pela Companhia, refletindo o aumento na receita.
- Já no resultado do trimestre, houve redução de 3,6% em função da menor receita e maiores custos e despesas.

REDUÇÃO DE 1,5% NA QUANTIDADE DE VEPs DO 1S18 E DE 5,9% NO 2T18

- Redução motivada pela paralisação dos transportes, ocorrida nos 10 últimos dias do mês de maio.
- O resultado do 1º semestre foi parcialmente compensado pelo aumento de 2,8% de VEPs verificado no 1º trimestre de 2018.

Indicadores Selecionados (Mil)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
VEPs ¹	5.365	11.724	-5,9%	23.240	23.597	-1,5%
Receita Líquida Ajustada ²	71.544	72.624	-1,5%	150.340	146.283	2,8%
EBITDA Ajustado ³	39.455	40.916	-3,6%	86.238	84.311	2,3%
Lucro/Prejuízo do Exercício	(32.523)	(23.948)	-35,8%	(56.388)	(52.342)	-7,7%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

³ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Bauru, 09 de agosto de 2018. A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 2T18 e do 1S18. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2017, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.



DESEMPENHO OPERACIONAL

DESTAQUE DO PERÍODO

- **Greve dos Caminhoneiros**

No período de 21 a 31 de maio de 2018, o país vivenciou uma paralisação no setor de transporte de cargas, impactando negativamente a atividade de vários setores da economia, como indústria, comércio e serviços, com reflexo direto nos resultados desses setores, assim como nos indicadores macroeconômicos relacionados à inflação e nível de atividade.

Varição no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1 2}

Brasil	VEPs Total
Mai/18 sobre Mai/17	-12,9%
Jun/18 sobre Jun/17	-3,3%
2T18 sobre 2T17	-4,0%
1S18 sobre 1S17	-1,4%

São Paulo	VEPs Total
Mai/18 sobre Mai/17	-13,7%
Jun/18 sobre Jun/17	-2,8%
2T18 sobre 2T17	-4,0%
1S18 sobre 1S17	-1,2%

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam queda de 12,9% no transporte total de veículos nas rodovias brasileiras em maio de 2018, comparado ao mesmo período de 2017. Nas rodovias localizadas no estado de São Paulo a queda foi ainda maior, atingindo 13,7%.

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

No mês de junho, após a desobstrução das vias, verificou-se movimento de intensificação no transporte de cargas com o intuito de

escoar a demanda represada nos últimos dias de maio. Ainda assim, houve queda no volume total de veículos que trafegaram pelas rodovias.



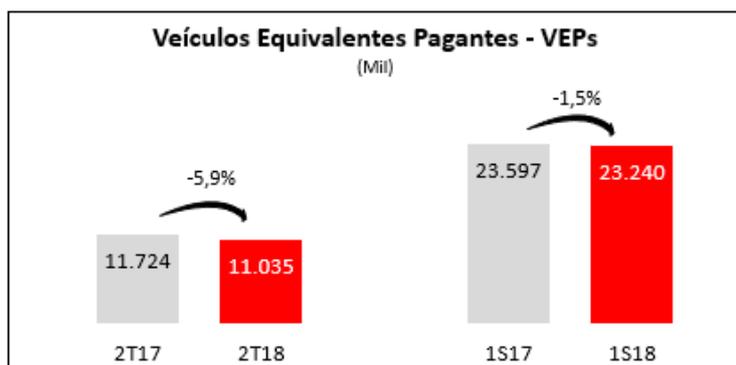
RESULTADO OPERACIONAL

A interrupção no transporte trouxe impactos negativos para os resultados da Companhia no 2º trimestre e no 1º semestre de 2018.

Desempenho Operacional (Mil)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
VEPs¹	11.035	11.724	-5,9%	23.240	23.597	-1,5%
Veículos Leves	3.504	3.806	-7,9%	7.639	7.820	-2,3%
Veículos Pesados	7.531	7.918	-4,9%	15.601	15.777	-1,1%
Tráfego²	5.365	5.704	-5,9%	11.420	11.583	-1,4%
Veículos Leves	3.553	3.854	-7,8%	7.738	7.916	-2,3%
Veículos Pesados	1.700	1.737	-2,1%	3.462	3.447	0,4%
Veículos Isentos	112	113	-0,9%	220	220	-0,5%
Tarifa Média (R\$)	6,76	6,54	3,5%	6,76	6,54	3,4%

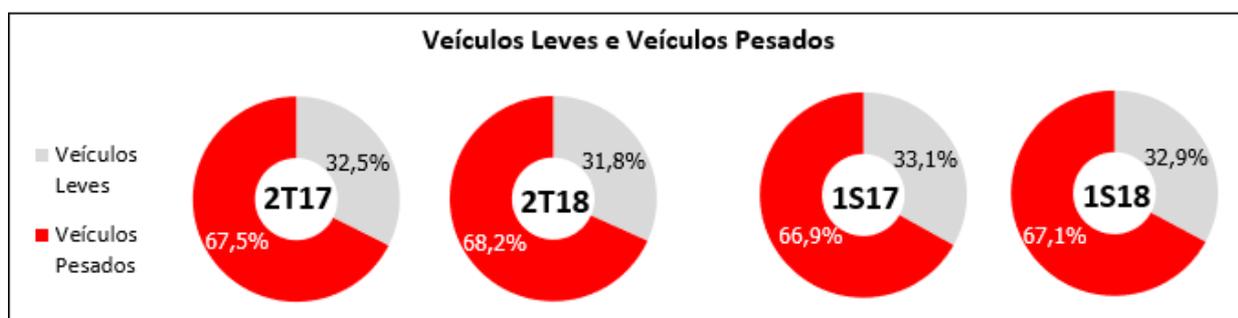
¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia



No segundo trimestre de 2018, as nove praças de pedágio da CART registraram 11,0 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), frente aos 11,7 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 5,9%. O resultado negativo está relacionado, principalmente, à greve dos caminhoneiros ocorrida no final de maio de 2018 e que impactou diretamente o fluxo

tanto de veículos pesados, que registrou uma queda de 4,9%, quanto de veículos leves (7,9%). Em relação ao desempenho acumulado, foram registrados 23,2 milhões de VEP's no primeiro semestre de 2018, o que representou uma queda de 1,5% em relação ao primeiro semestre de 2017. A queda menos acentuada no semestre é explicada pelo resultado do 1T18, que ficou 2,8% acima do registrado no 1T17, com 12.205 mil VEPs.



O crescimento da proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, reflete, principalmente, a intensificação do transporte de cargas no mês de junho com o intuito de escoar a demanda represada em maio durante a greve.

DESEMPENHO FINANCEIRO

DESTAQUE DO PERÍODO

- **Reajuste Tarifário**

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, autorizou reajuste tarifário contratual de 3,6%, em vigor de julho de 2017 a junho de 2018.



RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
Receita Bruta	108.615	117.792	-7,8%	208.817	212.548	-1,8%
Receitas com Pedágio	74.610	76.647	-2,7%	157.198	154.407	1,8%
Receitas Acessórias	3.930	2.929	34,1%	7.801	5.880	32,7%
Receita de Construção (IFRS)	30.075	38.216	-21,3%	43.818	52.261	-16,2%
Receita Bruta Ajustada¹	78.540	79.576	-1,3%	165.000	160.287	2,9%
Deduções da Receita Bruta	(6.996)	(6.952)	0,6%	(14.660)	(14.004)	4,7%
Receita Líquida Ajustada¹	71.544	72.624	-1,5%	150.339	146.283	2,8%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 150,3 milhões no primeiro semestre de 2018, um crescimento 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento é justificado, principalmente, pelo reajuste tarifário contratual e, ao mesmo tempo, atenuado pela menor quantidade de VEPs no tráfego total quando comparado ao 1S17. Já no resultado do 2T18, onde os efeitos da greve dos caminhoneiros foram mais acentuados, verifica-se queda de 1,5% na Receita Líquida quando comparada a do 2T17.

Um novo contrato de fibra ótica firmado com empresa do setor de telecomunicações, além de reajustes contratuais, gerou impacto positivo nas Receitas Acessórias (não tarifárias), com aumento de 32,7% no 1º semestre e de 34,1% no 2º trimestre de 2018 em relação aos mesmos períodos de 2017.

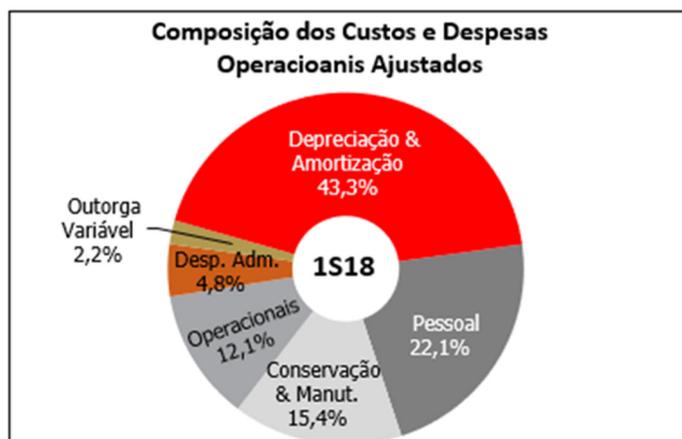
CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
Pessoal	(12.612)	(10.332)	22,1%	(25.044)	(20.134)	24,4%
Conservação & Manutenção	(9.222)	(7.079)	30,3%	(17.470)	(13.764)	26,9%
Operacionais	(6.698)	(7.792)	-14,0%	(13.693)	(16.062)	-14,7%
Despesas Administrativas	(2.379)	(5.312)	-55,2%	(5.418)	(9.608)	-43,6%
Custos e Despesas Administráveis	(30.912)	(30.515)	1,3%	(61.625)	(59.568)	3,5%
Outorga Variável	(1.178)	(1.193)	-1,3%	(2.475)	(2.404)	2,9%
Depreciação & Amortização	(24.468)	(24.161)	1,3%	(49.014)	(48.219)	1,6%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(56.558)	(55.869)	1,2%	(113.115)	(110.191)	2,7%
Custo de Construção (IFRS)	(29.778)	(37.837)	-21,3%	(43.384)	(51.743)	-16,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(6.111)	(5.530)	10,5%	(12.222)	(11.060)	10,5%
Custos & Despesas Operacionais	(92.446)	(99.236)	-6,8%	(168.720)	(172.994)	-2,5%

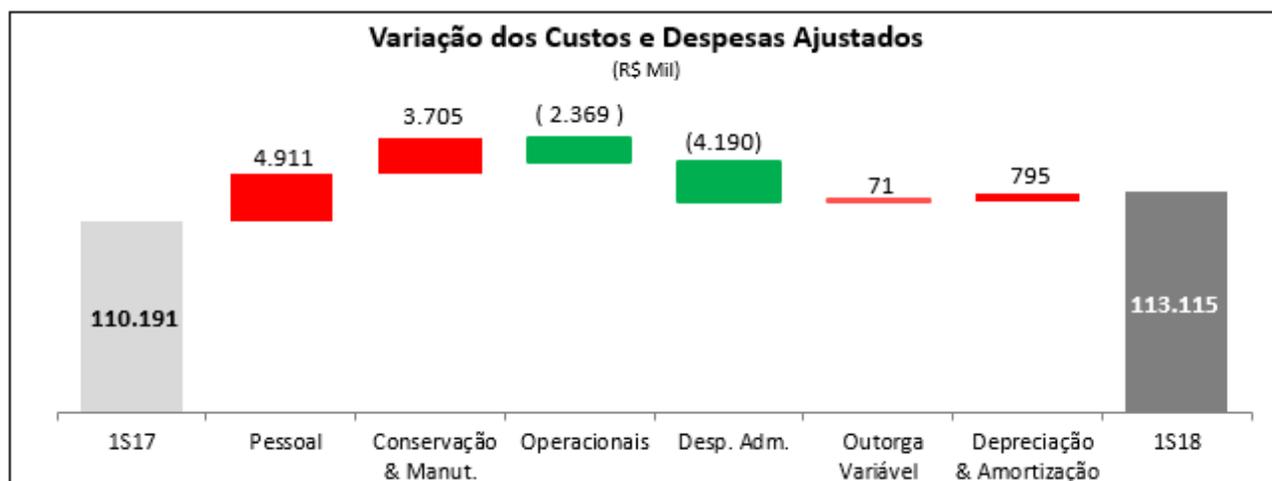
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Em 2016, a controladora Invepar iniciou processo de centralização e padronização de processos-chave no âmbito de Projeto de Transformação ainda em curso. Este projeto tem como objetivo a racionalização e concentração de atividades e áreas das empresas do Grupo Invepar, permitindo ganhos de escalas que impactam diretamente em maior eficiência em custos e despesas. Foram criadas 16 frentes de trabalho para analisar e redesenhar processos, buscando sinergias, otimização de recursos, redução de custos e melhoria de gestão e controle.

Os Custos & Despesas Administráveis tiveram aumento de 3,5% no 1S18 comparado ao 1S17 e 1,3% no 2T18 frente ao 2T17. Os custos com manutenção, pavimentação e sinalização de trechos já concluídos, até então contabilizados como Investimentos, geraram um acréscimo nas linhas de Conservação & Manutenção e de Pessoal. Em contrapartida, Despesas Operacionais e Administrativas reduziram devido às revisões e renegociações contratuais ocorridas no escopo do Projeto de Transformação.



Custos e Despesas Operacionais Ajustados, ou seja, sem o impacto do IFRS, também aumentaram nos mesmos períodos analisados, refletindo, principalmente, a Depreciação & Amortização de investimentos realizados anteriormente.

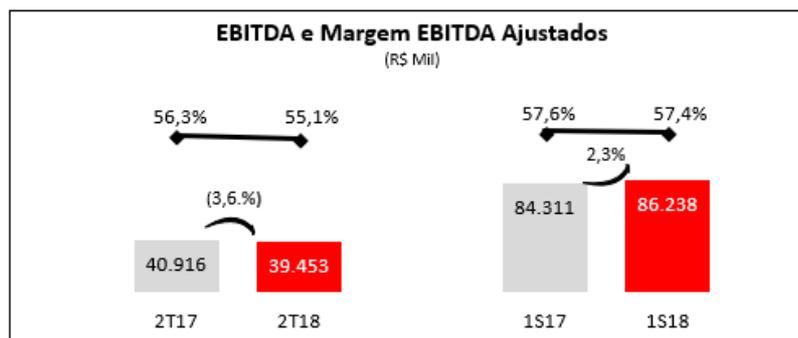


EBITDA E MARGEM EBITDA

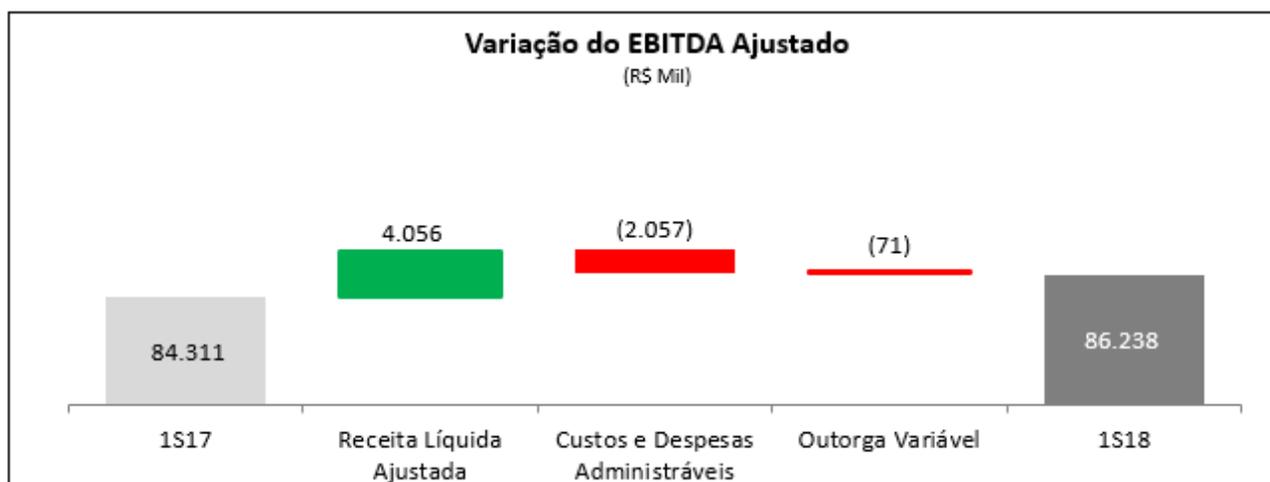
EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
Receita Líquida Ajustada	71.544	72.624	-1,5%	150.339	146.283	2,8%
Custos e Despesas Administráveis	(30.912)	(30.515)	1,3%	(61.625)	(59.568)	3,5%
Outorga Variável	(1.178)	(1.193)	-1,3%	(2.475)	(2.404)	2,9%
EBITDA Ajustado¹	39.453	40.916	-3,6%	86.238	84.311	2,3%
Margem EBITDA Ajustado¹	55,1%	56,3%	-1,2 p.ps	57,4%	57,6%	-0,2 p.ps
Receita de Construção (IFRS)	30.075	38.216	-21,3%	43.818	52.261	-16,2%
Custo de Construção (IFRS)	(29.778)	(37.837)	-21,3%	(43.384)	(51.743)	-16,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(6.111)	(5.530)	10,5%	(12.222)	(11.060)	10,5%
EBITDA²	33.640	35.765	-5,9%	74.450	73.769	0,9%
Margem EBITDA²	33,1%	32,3%	+0,7 p.ps	38,3%	37,2%	+1,1 p.ps

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

² Instrução CVM Nº527/12



O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 86,2 milhões no 1S18, configurando o melhor resultado já verificado pela Companhia em um 1º semestre, com uma variação positiva de 2,3% em relação ao 1S17, explicada pelo aumento na Receita Líquida Ajustada mencionado anteriormente. Já no 2T18, onde os efeitos da paralisação no transporte de cargas foram mais acentuados, houve queda de 3,6% quando comparado ao 2T17.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
Resultado Financeiro	(42.735)	(36.374)	17,5%	(83.972)	(79.871)	5,1%
Receitas Financeiras	1.636	2.861	-42,9%	3.420	6.127	-44,2%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.583	2.861	-44,7%	3.299	6.127	-46,2%
Outros	53	-	n.m	121	-	n.m
Despesas Financeiras	(44.371)	(39.335)	12,8%	(87.392)	(85.998)	1,6%
Juros	(15.490)	(31.193)	-50,3%	(58.290)	(63.047)	-7,5%
Varição Monetária	(28.698)	(7.746)	270,5%	(28.698)	(22.307)	28,7%
Outros	(184)	(396)	-53,5%	(404)	(644)	-37,3%

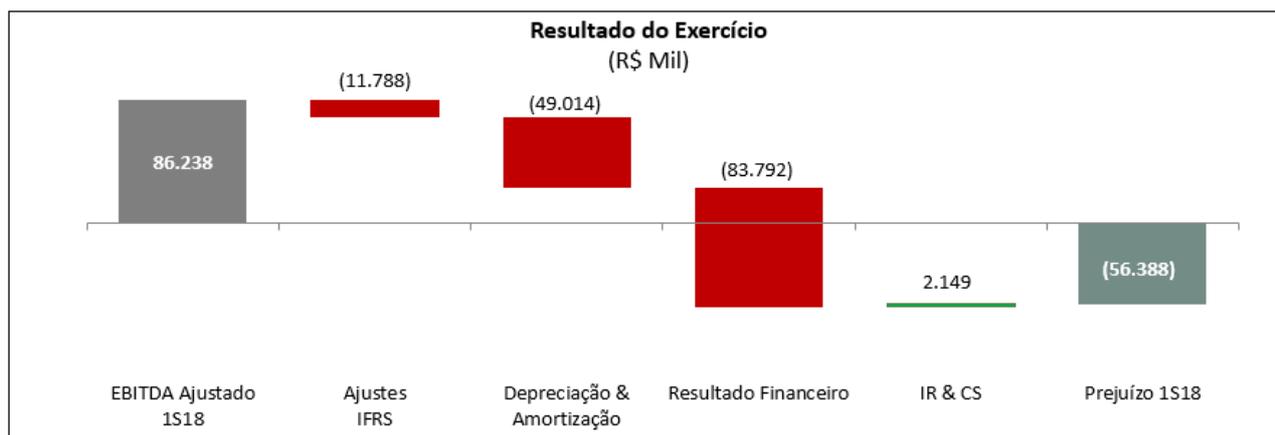
O Resultado Financeiro da Companhia piorou na comparação do 1S18 e do 2T18, principalmente, por causa do aumento do IPCA, índice que corrige a maior parcela da dívida da Companhia, como pode ser verificado no Capítulo de Disponibilidades e Endividamento deste *release*. A queda na TJLP compensou parcialmente o aumento do IPCA. Na Receita Financeira, houve redução na rentabilidade das aplicações devido à queda do CDI e à menor posição de Caixa.

Inflação e Juros	1S18	1S17	▲
IPCA Final do Período	1,26%	-0,23%	647,8%
IPCA Últimos 12 Meses	4,39%	3,00%	46,4%
CDI Final do Período	6,39%	10,14%	-37,0%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	7,35%	12,81%	-42,6%
TJLP Final do Período	6,60%	7,00%	-5,7%
TJLP Média Últimos 12 meses	6,84%	7,38%	-7,3%

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(32.523)	(23.948)	-35,8%	(56.388)	(52.342)	-7,7%

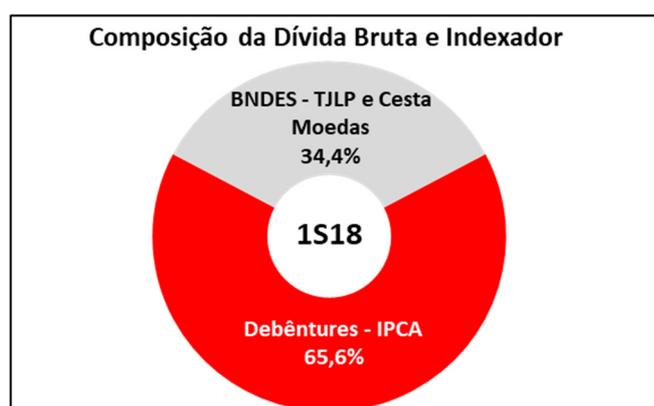
O resultado líquido do primeiro semestre de 2018 foi de Prejuízo de R\$ 56,4 milhões, queda de 7,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já no 2T18, o Prejuízo foi de R\$ 32,5 milhões. Em ambos os períodos, a queda no resultado é explicada, principalmente, pela piora no Resultado Financeiro Líquido.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	1S18	1S17	▲
Dívida Bruta Ajustada	(1.472.519)	(1.583.836)	-7,0%
Curto Prazo	(175.198)	(197.024)	-11,1%
Empréstimos e Financiamentos	(128.401)	(150.194)	-14,5%
Debêntures	(46.797)	(46.830)	-0,1%
Longo Prazo	(1.297.321)	(1.386.812)	-6,5%
Empréstimos e Financiamentos	(393.510)	(502.191)	-21,6%
Debêntures	(903.811)	(884.621)	2,2%
Disponibilidades	129.539	130.043	-0,4%
Caixa e equivalentes de caixa	8.804	5.106	72,4%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	120.735	124.937	-3,4%
Dívida Líquida Ajustada	1.342.980	1.453.793	-7,6%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado comprometidos



A Companhia encerrou o 1S18 com Dívida Bruta 4,3% menor do que a verificada no mesmo período de 2017, o que pode ser explicado pelo fluxo corrente de amortização da dívida sem contrapartida de novas captações. No mesmo período, a Dívida Líquida reduziu 4,7%.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No primeiro semestre de 2018, foram investidos R\$ 35,8 milhões, destinados, principalmente, às duplicações e melhorias viárias, além de projetos voltados para gestão ambiental.

Investimentos (R\$ mil)	1S18	1S17	▲
Investimento Total	35.821	45.282	-20,9%
Imobilizado	259	41	531,7%
Intangível	44.657	52.403	-14,8%
Software e Outros	-	142	-100,0%
Direito de Concessão (Investimento)	44.657	52.261	-14,6%
(-) Transação Não Caixa	(8.661)	(6.644)	30,4%
(-) Margem de Construção	(434)	(518)	-16,4%

SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O Grupo Invepar venceu a concorrência internacional realizada pelo governo do Estado de São Paulo em outubro, oferecendo a menor tarifa de pedágio.

O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

SOBRE A INVEPAR

Um dos maiores grupos de infraestrutura do Brasil, a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, atua no segmento de infraestrutura em transportes, com foco em gestão e operação de rodovias, sistemas de mobilidade urbana e aeroportos.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

Relatório de Revisão do Auditor
Independente acompanhado das
Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2018

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”, em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido pelo Edital nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a

operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 30 de junho de 2018, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$220.219 (R\$157.422 em 31 de dezembro de 2017), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$175.198.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento gradual do equilíbrio do seu capital circulante líquido. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.), no âmbito da “*Operação Greenfield*”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 09 de agosto de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	2.287	5.041
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário CDB	3.670	36.490
Fundo Mover		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	250	-
Letras financeiras do tesouro	2.359	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	238	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.804</u>	<u>41.531</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de junho de 2018 as aplicações ficaram indexadas a uma taxa média de 98,83% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 85% em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da CART, a INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, VIA040 e LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,07% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	30/06/2018	31/12/2017
AVI (a)	15.466	17.482
Vale pedágio	1.152	868
Locação de fibra óptica	274	303
Outros	444	813
Subtotal	17.336	19.466
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	(835)
Total	17.336	18.631

- (a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 21 dias.
- (b) Desde 01 de janeiro de 2018, a Companhia não registra Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), sendo registrado perda definitiva após decorridos 90 dias do reconhecimento do crédito. Em 31 de dezembro de 2017, eram consideradas no registro da PECLD valores vencidos e não recebidos há mais de 30 dias.

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	(835)	(1.608)
Adições	-	(1.764)
Reversões	835	2.537
Saldo no fim do período	-	(835)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
30 de junho de 2018	17.336	-	17.318	3	15	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	18.631	(835)	17.858	796	31	158	-	154	149	320

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	30/06/2018	31/12/2017
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	173	3.153
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	3.271	-
Total circulante	3.444	3.153

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	58.807	58.807
Base negativa	21.171	21.171
Amortização de direito de concessão	(48.101)	(49.260)
Custo de captação	(14.505)	(15.395)
Margem de Construção	(8.762)	(8.973)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.600)	(1.488)
Total	7.010	4.862
Impostos diferidos – Ativo	79.978	79.978
Impostos diferidos – Passivo	(72.968)	(75.117)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$300.583 (R\$283.081 saldo em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	30/06/2018
2020	636
2022	4.335
2023 a 2025	18.881
2026 a 2027	56.126
Total dos ativos fiscais diferidos	79.978
Total dos passivos fiscais diferidos	(72.968)
Total dos impostos diferidos	7.010

c) Tributos a recolher

	30/06/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	1.102	1.240
ISS	1.722	1.951
IRRF e CSRF	278	364
INSS sobre terceiros	203	237
Total circulante	<u>3.305</u>	<u>3.792</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(58.536)	(54.321)	(33.562)	(24.870)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	19.902	18.469	11.411	8.456
Adições permanentes	(254)	(865)	(248)	(565)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(17.499)	(15.625)	(10.121)	(6.969)
Outros	-	-	(3)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	<u>2.149</u>	<u>1.979</u>	<u>1.039</u>	<u>922</u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

30/06/2018							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	4	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	521	-	-	-
INVE PAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	26.522	-	(11.661)
Total			-	525	26.522	143	(11.661)

31/12/2017							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado jun/17
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	4	-	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-
INVE PAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	15.585	-	(4.785)
			4	520	15.585	143	(4.785)

(*)Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.348.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Pró-labore	392	716
Bônus variáveis	837	896
Encargos	246	322
Outros benefícios	58	124
Total	1.533	2.058

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	30/06/2018
Custo					
Instalações	25	164	1	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	17	-	6.193
Móveis e utensílios	10	3.919	51	-	3.970
Veículos	5	3.586	35	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	155	-	39.511
Ferramentas e aparelhos	5	327	-	-	327
		<u>53.528</u>	<u>259</u>	<u>-</u>	<u>53.787</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(38)	(3)	-	(41)
Máquinas e equipamentos		(5.178)	(192)	-	(5.370)
Móveis e utensílios		(3.550)	(121)	-	(3.671)
Veículos		(2.648)	(288)	-	(2.936)
Equipamentos de informática		(35.161)	(996)	-	(36.157)
Ferramentas e aparelhos		(313)	(5)	-	(318)
		<u>(46.888)</u>	<u>(1.605)</u>	<u>-</u>	<u>(48.493)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.640</u>	<u>(1.346)</u>	<u>-</u>	<u>5.294</u>

	Vida útil em anos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	6.075	101	-	6.176
Móveis e utensílios	10	3.836	139	(56)	3.919
Veículos	5	3.580	128	(122)	3.586
Equipamentos de informática	5	38.626	731	(1)	39.356
Ferramentas e aparelhos	5	320	7	-	327
		<u>52.601</u>	<u>1.106</u>	<u>(179)</u>	<u>53.528</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(32)	(6)	-	(38)
Máquinas e equipamentos		(4.722)	(456)	-	(5.178)
Móveis e utensílios		(3.257)	(349)	56	(3.550)
Veículos		(2.094)	(641)	87	(2.648)
Equipamentos de informática		(32.919)	(2.242)	-	(35.161)
Ferramentas e aparelhos		(295)	(18)	-	(313)
		<u>(43.319)</u>	<u>(3.712)</u>	<u>143</u>	<u>(46.888)</u>
Imobilizado líquido		<u>9.282</u>	<u>(2.606)</u>	<u>(36)</u>	<u>6.640</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período de seis meses findos em 30 de junho de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	30/06/2018
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	44.657	(180)	2.138.068
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>2.738.324</u>	<u>44.657</u>	<u>(180)</u>	<u>2.782.801</u>
Amortização					
Software		(8.705)	(381)	-	(9.086)
Marcas e patentes		(13)	-	-	(13)
Direito de concessão		(354.879)	(36.461)	113	(391.227)
Outorga fixa		(185.233)	(10.567)	-	(195.800)
Amortização acumulada		<u>(548.830)</u>	<u>(47.409)</u>	<u>113</u>	<u>(596.126)</u>
Intangível líquido		<u>2.189.494</u>	<u>(2.752)</u>	<u>(67)</u>	<u>2.186.675</u>

	Vida útil em anos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Software	5	10.397	316	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.900.803	194.214	(1.426)	2.093.591
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>2.545.220</u>	<u>194.530</u>	<u>(1.426)</u>	<u>2.738.324</u>
Amortização					
Software		(7.663)	(1.042)	-	(8.705)
Marcas e patentes		(11)	(2)	-	(13)
Direito de concessão		(283.869)	(71.195)	185	(354.879)
Outorga fixa		(164.100)	(21.133)	-	(185.233)
Amortização acumulada		<u>(455.643)</u>	<u>(93.372)</u>	<u>185</u>	<u>(548.830)</u>
Intangível líquido		<u>2.089.577</u>	<u>101.158</u>	<u>(1.241)</u>	<u>2.189.494</u>

* Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período de seis meses findos em 30 de junho de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/06/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	-	(40.210)	(14.418)	14.422	924	39.321	81.643
Sênior - BNDES - IPCA	59.956	-	(39.749)	(26.167)	12.160	4.929	35.629	46.758
Conta garantida - Bradesco	219	-	-	(247)	28	-	-	-
Total - Circulante	141.779	-	(79.959)	(40.832)	26.610	5.853	74.950	128.401
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	291.480	-	-	-	-	-	(39.321)	252.159
Sênior - BNDES - IPCA	249.579	-	-	-	-	-	(35.629)	213.950
Sub -Total	541.059	-	-	-	-	-	(74.950)	466.109
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(73.421)							(72.599)
Total -Não Circulante	467.638							393.510
Dívida líquida	609.417							521.911

	31/12/2016	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros				
Passivo circulante								-
Sênior - BNDES - TJLP	80.409	-	(79.871)	(34.102)	33.822	4.433	76.913	81.604
Sênior - BNDES - IPCA	59.433	-	(38.650)	(28.924)	26.322	8.801	32.974	59.956
Conta garantida - Bradesco	381	40.098	(40.098)	(1.297)	1.135	-	-	219
Total - Circulante	140.223	40.098	(158.619)	(64.323)	61.279	13.234	109.887	141.779
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	368.386	-	-	-	-	7	(76.913)	291.480
Sênior - BNDES - IPCA	282.553	-	-	-	-	-	(32.974)	249.579
Sub -Total	650.939	-	-	-	-	7	(109.887)	541.059
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(79.133)							(73.421)
Total -Não Circulante	571.806							467.638
Dívida líquida	712.029							609.417

(*)Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2018. As aplicações financeiras no montante de R\$72.599 em 30 de junho de 2018 (R\$73.421 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	98,83%	CDI	Abr/19 a Nov/19	72.599	73.421

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 98,83% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa média de 92,5% do CDI).

BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	116.720
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	99.272
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	117.810
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	68.086
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	192.622
Subtotal				<u>594.510</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(72.599)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>521.911</u>
Parcelas do circulante				128.401
Parcelas do não circulante				393.510

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	137.530
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	109.395
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	126.158
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	83.948
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	225.588
Subtotal				<u>682.619</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(73.421)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>609.198</u>
Parcelas do circulante				141.560
Parcelas do não circulante				541.059

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 30 de junho de 2018 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2017), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

10 .DEBÊNTURES

	31/12/2017	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/06/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								-
Debêntures	22.408	-	-	-	29.126	473	420	52.427
Custos a amortizar	(5.149)	2.552	-	-	-	-	(3.033)	(5.630)
Total	17.259	2.552	-	-	29.126	473	(2.613)	46.797
Passivo não circulante								
Debêntures	967.243	-	-	-	-	22.158	(420)	988.981
Custos a amortizar	(40.067)	-	-	-	-	-	3.033	(37.034)
Total	927.176	-	-	-	-	22.158	2.613	951.947
Total geral	944.435	2.552	-	-	29.126	22.631	-	998.744
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.105)							(48.136)
Dívida líquida	937.330							950.608

Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	527.320
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	514.088
(-) Custos de transação - Debêntures				(42.664)
Subtotal				998.744
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(48.136)
Debêntures líquidas				950.608
Parcelas do circulante				46.797
Parcelas do não circulante				903.811

	31/12/2016	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros			
Passivo circulante							-
Debêntures	22.708	-	(20.543)	(59.380)	58.946	20.207	22.408
Custos a amortizar	(4.168)	5.313	-	-	-	(6.294)	(5.149)
Total	18.540	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	13.913	17.259
Passivo não circulante							
Debêntures	960.773	-	-	-	-	(20.207)	967.243
Custos a amortizar	(46.361)	-	-	-	-	6.294	(40.067)
Total	914.412	-	-	-	-	(13.913)	927.176
Total geral	932.952	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	-	944.435
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(6.896)						(7.105)
Dívida líquida	926.056						937.330

Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	501.400
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	488.251
(-) Custos de transação - Debêntures				(45.216)
Subtotal				944.435
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(7.105)
Debêntures líquidas				937.330
Parcelas do circulante				17.259
Parcelas do não circulante				920.071

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$48.136 em 30 de junho de 2018 (R\$7.105 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 98,83% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa de 90% do CDI).

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
(**) Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	98,83%	CDI	Nov/19 a Abr/20	48.136	7.105

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 30 de junho de 2018:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2019	21.043
2020	52.605
2021	126.253
2022 a 2024	789.080
	<u>988.981</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2018 é de R\$42.664 (R\$45.216 em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

2018	2.596
2019	6.118
2020	7.221
2021	8.067
2022 a 2024	18.662
	<u>42.664</u>

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

(a) Composição do risco

Natureza do risco	30/06/2018		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.099	11.829	16.928
Cíveis	2.499	303.673	306.172
Total	7.598	315.502	323.100

Natureza do risco	31/12/2017		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.986	15.215	19.201
Cíveis	2.345	29.413	31.758
Total	6.331	44.628	50.959

(b) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	30/06/2018
Trabalhistas	3.986	3.712	(2.599)	5.099
Cíveis	2.345	842	(687)	2.499
Total	6.331	4.554	(3.286)	7.598

Natureza do risco	31/12/2016	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas	2.404	1.799	(217)	3.986
Cíveis	2.215	2.785	(2.655)	2.345
Total	4.619	4.584	(2.872)	6.331

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$5.099 em 30 de junho de 2018 (R\$3.986 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como

possíveis com valor estimado R\$11.829 em 30 de junho de 2018 (R\$15.215 em 31 de dezembro de 2017).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.499 em 30 de junho de 2018 (R\$2.345 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$32.673 em 30 de junho de 2018 (R\$29.413 em 31 de dezembro de 2017), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

Em 04 de junho de 2018 foi prolatada sentença nos seguintes termos: Sentença prolatada: “Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente ação, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a Ré: A) A realizar, no prazo de 90 dias, as obras necessárias e apontadas no laudo pericial à fls. 986-1.050, nos pontos de potencial travessia de fauna. B) A prestar assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, com encaminhamento a centros de reabilitação e tiragem devidamente autorizados por órgão ambiental, devendo ser mantidos perpetuamente em confinamento em instalações construídas, conservadas e geridas pela própria CART, os que assim necessitem nos termos do laudo pericial. C) No pagamento da importância de R\$ 1.000.000,00, a título de indenização por danos ambientais, a ser recolhida em favor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos. Correção monetária incidirá a partir desta data e juros contados do trânsito em julgado desta sentença. Considerando a qualidade do laudo pericial, majoro os honorários periciais em mais R\$ 4.500,00, conforme requerido o perito judicial à fls. 974, cabendo à ré seu depósito. Publique-se e intime-se.”

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de junho de 2018 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia

na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes.

Em 20 de maio de 2018 foi proferida decisão nos autos da ACP que envolve a Nascente Água do Óleo, suscitando conflito negativo de competência com a Vara Cível, portanto, o processo irá para o TJSP para julgamento do incidente processual em tela.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de junho de 2018, é de R\$ 2.322.

- c) Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

Em 12 e março de 2018, o juiz deferiu a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias em virtude de solicitação da CETESB. O MP agravou da decisão, recurso este ainda pendente de julgamento.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de junho de 2018 é de R\$ 2.450.

d) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

No dia 29 de junho de 2018 as partes apresentaram alegações iniciais. Aguarda-se apresentação das respostas às alegações iniciais.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos e técnicos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da OAS de R\$271.000 como possível e R\$12.200 como remoto, sendo realizada as devidas divulgações/reconhecimento nos registros contábeis. Nenhum registro contábil foi realizado referente ao prognóstico dos pleitos da Cart.

(c) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 30 de junho de 2018, o montante é de R\$ 867.

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados à garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 30 de junho de 2018, o montante é de R\$ 16.974.

12. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Infraestrutura de telecomunicação	48.740	51.703
Outros	285	321
Total	<u>49.025</u>	<u>52.024</u>
Circulante	6.576	8.483
Não circulante	42.449	43.541

13. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2018</u>
Não circulante	94.372	12.222	106.594
Total	<u>94.372</u>	<u>12.222</u>	<u>106.594</u>

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2017</u>
Não circulante	76.641	17.731	94.372
Total	<u>76.641</u>	<u>17.731</u>	<u>94.372</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.606.962.454 ações, sendo 1.303.481.227 ações preferenciais e 1.303.481.227 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
INVEPAR	<u>275.000</u>	<u>205.000</u>
	275.000	205.000

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pela Administração da INVEPAR em 22 de fevereiro de 2017.

Em 14 de março de 2017 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$22.000.

Em 14 de março de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$50.000.

Em 14 de maio de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$6.000.

Em 14 e 25 de junho de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social nos valores de R\$4.000 e R\$10.000, respectivamente.

15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de junho de 2018 e 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
Receita de pedágio	157.198	154.407	74.610	76.647
Receitas acessórias	7.703	5.880	3.902	2.929
Outras receitas	98	-	28	-
Impostos, deduções e cancelamentos	(14.660)	(14.004)	(6.996)	(6.952)
Receita de serviços	150.339	146.283	71.544	72.624
Receita de construção	43.818	52.261	30.075	38.216
Receita total	194.157	198.544	101.619	110.840

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
				-
Pessoal	(25.044)	(20.134)	(12.612)	(10.332)
Conservação e manutenção	(17.470)	(13.764)	(9.222)	(7.079)
Despesas administrativas	(5.147)	(9.615)	(2.095)	(5.269)
Operacionais	(13.693)	(16.062)	(6.698)	(7.792)
Outorga variável	(2.475)	(2.404)	(1.178)	(1.193)
Custo de construção	(43.384)	(51.743)	(29.778)	(37.837)
Provisão de manutenção	(12.222)	(11.060)	(6.111)	(5.530)
Depreciação e amortização	(49.014)	(48.219)	(24.468)	(24.161)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(432)	7	(436)	(43)
Outras receitas (despesas) operacionais	161	-	152	-
	<u>(168.720)</u>	<u>(172.994)</u>	<u>(92.446)</u>	<u>(99.236)</u>
Custo de serviços prestados	(105.784)	(104.328)	(53.601)	(53.434)
Custo de construção	(43.384)	(51.743)	(29.778)	(37.837)
Despesas gerais e administrativas	(19.714)	(16.923)	(9.218)	(7.965)
Outras receitas (despesas) operacionais	162	-	152	-
	<u>(168.720)</u>	<u>(172.994)</u>	<u>(92.445)</u>	<u>(99.236)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	3.299	6.127	1.583	2.861
Outros	121	-	53	-
Total receitas financeiras	<u>3.420</u>	<u>6.127</u>	<u>1.636</u>	<u>2.861</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.610)	(32.335)	879	(15.869)
Variação monetária passiva	(28.698)	(22.307)	(28.698)	(7.746)
Juros sobre debêntures	(31.680)	(30.712)	(16.369)	(15.324)
Outros	(404)	(644)	(184)	(396)
Total despesas financeiras	<u>(87.392)</u>	<u>(85.998)</u>	<u>(44.372)</u>	<u>(39.335)</u>
Total resultado financeiro	<u>(83.972)</u>	<u>(79.871)</u>	<u>(42.736)</u>	<u>(36.474)</u>

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período,

atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2018 a 30/06/2018			01/01/2017 a 30/06/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(28.194)	(28.194)	(56.388)	(26.171)	(26.171)	(52.342)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.303.481	1.303.481	2.606.962	1.298.690	1.298.690	2.578.159
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,022)	(0,022)		(0,020)	(0,020)	

	01/04/2018 a 30/06/2018			01/04/2017 a 30/06/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(16.262)	(16.262)	(32.523)	(12.435)	(12.435)	(24.870)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.303.481	1.303.481	2.606.962	1.298.690	1.298.690	2.597.380
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,012)	(0,012)		(0,010)	(0,010)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;

- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
 - iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.
- b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de junho de 2018 é de R\$412 (R\$470 em 31 de dezembro de 2017).

Durante o período findo em 30 de junho de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$2.533 (R\$5.480 em 31 de dezembro de 2017) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.175. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$139.534. Vigência de 12 meses.

19. SEGUROS

Em 30 de junho de 2018, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	R\$ 26.227	16/03/2018	16/03/2019	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 126.480	16/03/2018	16/03/2019	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	20/03/2017	20/03/2019	XL Seguros	-
Frota CART	110 % FIPE	24/08/2017	24/08/2018	Sompo Seguros S/A	-
Frota PMRV	110 % FIPE	24/08/2017	24/08/2018	Sompo Seguros S/A	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Instrumentos financeiros	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8.804	-	41.531	-
Contas a receber	-	17.336	-	18.631
Partes relacionadas	-	525	-	524
Total do ativo	8.804	17.861	41.531	19.155
Passivos				
Fornecedores	-	33.861	-	28.465
Partes relacionadas	-	26.665	-	15.728
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	-	1.593.254	-	1.627.273
Aplicações financeiras vinculadas (**)	-	(120.735)	-	(80.526)
Obrigações com poderes concedentes	-	412	-	470
Obrigações com empregados e administradores	-	7.454	-	8.596
Total do passivo	-	1.540.911	-	1.600.006

(*) Líquido do custo a amortizar

(**) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (Vide Notas explicativas 9 e 10).

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 30 de junho de 2018 tinham o valor de R\$512.167 (R\$906.012 em 31 de dezembro de 2017).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço

patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta valores a receber de R\$17.336 sendo que os valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, representam 72% deste, ou seja, R\$12.497, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber” (R\$19.466 em 31 de dezembro de 2017, sendo 84,15% com a CGMP, ou seja, R\$16.380). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

O Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures

30 de junho de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	178.232	1.023.959	270.328	1.472.519
Fornecedores	33.861	-	-	33.861
Concessão de serviço público	412	-	-	412
31 de dezembro de 2017	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	159.038	1.107.787	279.922	1.546.747
Fornecedores	28.465	-	-	28.465
Concessão de serviço público	470	-	-	470

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	6,54%	4,91%	3,27%
DI Ativo (% ao ano)	6,54%	4,91%	3,27%
TJLP (% ao ano)	6,66%	8,33%	9,99%
IPCA Ativo (% ao ano)	4,03%	3,02%	2,02%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,03%	5,04%	6,05%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de junho de 2018, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

f.1) Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	3.670	240	180	120
		3.670	240	180	120
Fundo Mover					
Certificados de Depósito Bancário CDB	DI	250	16	12	8
Letras financeiras do tesouro	SELIC	2.359	154	116	77
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	238	10	7	5
		2.847	180	135	90

f.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	333.802	22.231	27.789	33.347
BNDES	IPCA	260.708	10.507	13.133	15.760
Debênture	IPCA	1.041.408	41.969	52.461	62.953
Total		1.635.918	74.706	93.383	112.060
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(120.735)	(7.896)	(5.922)	(3.948)
Total		1.756.653	82.603	99.305	116.008

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos

financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI, Selic e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.472.519	1.546.747
Caixa e equivalentes de caixa	(8.804)	(41.531)
Dívida líquida	1.463.715	1.505.216
Patrimônio líquido	(543.031)	529.418
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>920.684</u>	<u>2.034.634</u>

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo financeiros	Ativos	30/06/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa		6.517	-	6.517	-
Total		6.517	-	6.517	-
Empréstimos e financiamentos		521.911	-	521.911	-
Debêntures		950.607	-	950.607	-
Concessão de serviço público		412	-	412	-
Total		1.472.930	-	1.472.930	-

Mensurados a valor justo financeiros	Ativos	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa		5.041	-	5.041	-
Aplicações financeiras		36.490	-	36.490	-
Total		41.531	-	41.531	-
Empréstimos e financiamentos		609.417	-	609.417	-
Debêntures		937.330	-	937.330	-
Concessão de serviço público		470	-	470	-
Total		1.547.217	-	1.547.217	-

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

• *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

21. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	30/06/2018	30/06/2017
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	8.661	6.644
	8.661	6.644

22. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 a Companhia reconheceu o montante de R\$43.818 (vide Nota explicativa nº 15), como receita de construção, (R\$52.261 em 30 de junho de 2017) e como margem de construção de R\$434 (R\$518 em 30 de junho de 2017).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 é de R\$2.138.068 (R\$1.953.064 em 30 de junho de 2017).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de julho de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$12.000.

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 220.219 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 175.198 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.b às informações contábeis intermediárias, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Procedimento arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 11.d às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a Companhia quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após realizarem reuniões regulamentares, tiveram suas indicações

arbitros que integram o Corpo de Arbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a Companhia e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. No trimestre findo em 30 de junho de 2018, o procedimento arbitral avançou e, até o momento, os advogados da Companhia estimam como probabilidade de perda possível. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Declaração os Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as informações contábeis trimestrais relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 09 de agosto de 2018, referente às informações contábeis trimestrais relativo ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.
